

PENSAMENTO FOUCAULTIANO: NOVAS PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Dulcileide Azevedo de Araújo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

dulcileidearaujo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As questões postas por Foucault, incluindo o que denominamos de suas ferramentas metodológicas, contribuem para que possamos pensar de “outros modos” a pesquisa na área da educação. Para Veiga Neto e Lopes (2010), pensar de “outro modo”, não quer dizer ampliar os saberes sobre o que já está posto, mas sim, suspeitar do que aparece como óbvio e natural. Significa refletir além do que já está estabelecido, para deixar o óbvio em suspenso e procurar nas minúcias e na multiplicidade, o que de novo pode estar contido em um dado objeto.

Este texto é um recorte da pesquisa¹ intitulada “Gestão escolar democrática no contexto da governamentalidade neoliberal: a quem serve essa democracia?” realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Tem como objetivo discutir as possibilidades de diferentes olhares que a abordagem arquegenealógica pode trazer para as pesquisas em educação. Para tanto, partimos das concepções da Análise do Discurso e do conceito de governamentalidade, desenvolvidos por Foucault, buscando abordar suas contribuições para as problematizações no campo da educação e da gestão escolar.

ABORDAGEM FOUCAULTIANA E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Os estudos que utilizam o pensamento de Foucault na educação, no âmbito nacional, vêm sendo realizados há diversos anos por autores como Veiga Neto (2004), Fischer (2003), Gadelha (2016), Batista (2018) entre outros, mostrando que essa perspectiva se configura como um campo fecundo para as pesquisas na área.

¹ A pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e teve como objetivo analisar como a governamentalidade neoliberal direciona a conduta dos gestores escolares e quais seus efeitos na efetivação da gestão democrática, considerando os discursos dos diretores.

Segundo Fischer (2003), podemos encontrar em Foucault uma fonte de inspiração para pensar nas formas de guiar as pesquisas, outras escolhas metodológicas e teóricas, que possibilitem um olhar em várias dimensões sobre as temáticas educacionais.

Para Batista (2018), a arqueogenealogia de Foucault procura compreender como os saberes reconhecidos na modernidade se instituíram como tal, analisando quais elementos deram condições de existência e emergência para os conhecimentos em uma época e lugar, como esses saberes foram reconhecidos como verdadeiros ou falso, descrevendo os discursos em instâncias do que ficou autorizado a ser dito e escrito sobre determinado objeto.

A abordagem foucaultiana tem na análise do discurso uma de suas ferramentas metodológicas, que viabiliza ao pesquisador empreender análises no nível do discurso, permitindo “demonstrar que as relações de poder são imanentes a toda e qualquer prática discursiva. É por meio dos discursos que os sujeitos se utilizam de técnicas para se beneficiarem e granjearem o poder” (MARQUES, 2016, p. 264).

A análise do discurso descreve as condições de emergência e de existência destes numa determinada época, evidenciando que “o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder” (FOUCAULT, 2021, P.230-231) e que “não é possível que o poder se exerça sem saber, não possível que o saber não engendre o poder” (FOUCAULT, 2021 p.230), e desta forma, revelar as relações de poder e saber que são imanentes aos discursos.

Deste modo, é necessário entender os discursos como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2013, p.143). A partir desta abordagem, compreendemos que “o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios[.]” (FOUCAULT, 2013, p. 104), e por isso, devemos procurá-los em sua função, seu exercício, suas condições de existência, nas regras que o controlam e no seu campo discursivo.

Para realizar suas análises, Foucault desenvolveu diversas ferramentas teóricas para a compreensão das relações de poder e saber, entre elas, o conceito de governamentalidade que proporciona uma grade de inteligibilidade para a percepção das relações de poder que se desenvolvem nos âmbitos micro e macro da sociedade. Tal

conceito torna-se pertinente para a pesquisa em educação, tanto para as reflexões acerca das intuições escolares, como acerca da gestão educacional e da formulação de políticas públicas.

Como noção metodológica, “a governamentalidade não é simplesmente uma “coisa”, simplesmente um movimento, propriedade ou situação dada, mas uma grade de inteligibilidade” (VEIGA NETO, 2013, p.23), que nos permite analisar os diferentes modos de exercer o governo, ou seja, diversas formas de condução das condutas de si e dos outros.

Entendendo a governamentalidade como as técnicas, táticas e mecanismos utilizados para conduzir o governo dos homens, assim, apreendemos que “a analítica da governamentalidade examinam as práticas de governo em complexas relações com as várias formas pelas quais a verdade é produzida nas esferas social, cultural e política” (FIMYAR, 2009, p.37). Utilizar a governamentalidade como ferramenta conceitual oportuniza problematizar as práticas e mecanismos aceitos normativamente pelo Estado, bem como diagnosticar as estratégias de governo e as relações de poder e saber que nela estão implícitas (FIMYAR, 2009).

A governamentalidade, pode ser concebida tanto na perspectiva de uma arte de governar, como de uma racionalidade política que engloba a forma do pensamento político, econômico, e social que estabelece as práticas de governo de uma sociedade num determinado tempo (KLEIN, 2017). É essa racionalidade que ao atingir a totalidade da sociedade, e ao mesmo tempo, se preocupar com cada indivíduo dentro desse todo, irá possibilitar o exercício de uma tecnologia de poder em níveis macro e micro.

Neste sentido, o conceito de governamentalidade, como racionalidade política e como forma de conduzir condutas, proporcionou à pesquisa, a compreensão das técnicas e dos mecanismos mobilizados pelo neoliberalismo, para conduzir a conduta dos gestores escolares a perseguir o alcance de metas e resultados, introduzindo na gestão das escolas a lógica da empresa privada como o melhor modo de administrar e gerir essa instituição, o que acarreta obstáculos para efetivação do princípio constitucional da gestão democrática.

Logo, a noção de governamentalidade pode contribuir para a problematização das questões educacionais, mesmo que Foucault não tenha, propriamente, desenvolvido análises referente à educação. Segundo Gadelha (2016), a educação não aparece como

objeto de análises ou como um mecanismo estratégico, para a compreensão da biopolítica e da governamentalidade, ainda assim, esses conceitos, podem servir de ancoragem para as problematizações no campo educacional.

Portanto, compreendemos que o conceito de governamentalidade oferece importantes contribuições para as reflexões e problematizações na pesquisa em educação. Ele nos possibilita novos olhares para os objetos educacionais, com a potencialidade de fazer emergir dimensões e faces, que conduzam a questionamentos referentes ao que está posto e dito como verdade, em um movimento de compreender como o exercício do poder implica o governo da educação.

CONCLUSÕES

Compreendemos que a abordagem arqueogenealógica, possibilita diferentes perspectivas para os estudos na área da educação, ao deixar em suspenso os objetos tidos como óbvio e natural, e buscar nas sutilezas das práticas desenvolvidas, seja nas unidades escolares ou na gestão da educação, suas condições de existência. Bem como, a noção de governamentalidade é produtiva para a teorização em educação pela capacidade de compreensão das formas de governo que podemos evidenciar por meio dela. Assim, no contexto do neoliberalismo, que condiciona a sociedade a uma racionalidade econômica e a educação ao modelo de mercado, torna-se imprescindível as problematizações acerca do governo da educação.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Bruno Nunes. O que Foucault a nos dizer sobre métodos investigativos em educação?. **Saberes**. Natal, v. 19, n. 2, p.155-173, ago. 2018.

KLEIN, Delci Heinle. **IDEB e maquinarias: a produção, a quantificação e a expressão da qualidade da educação brasileira**. 2017. 188f. (Tese). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação e Realidade**. v. 34, n. 2, p. 35-56, mai/ago 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação?. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez. 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida. 24.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (org). Ed.11. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. 1.Ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016.

MARQUES, Welisson. O método arquegenealógico na análise do discurso: o potencial sujeito aprendiz e aprendizagem de língua inglesa no discurso publicitário-institucional. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 16, n. 2, p. 261-272, maio/ago. 2016.

VEIGA NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica. **Educação temática digital**. Campinas, v, 12. n. 1, p. 147-166, dez. 2010.

VEIGA NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación [en línea]**. Bogotá, n. 65, p.19-41, jul/dez, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=413634077002>